

**Elenco dos diplomas legais relevantes para as diversas jurisdições, publicados entre 5 de julho de 2017 e 31 de agosto de 2017.**

Nota: Os diplomas já entrados em vigor mostram-se já atualizados na página de legislação da PGDL, os demais, infra assinalados, serão alterados logo que entrem em vigor.

- **Lei n.º 46/2017** – Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05 - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penal adaptando à ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI;
- **Lei n.º 47/2017** - Diário da República n.º 130/2017, Série I de 2017-07-07 - Considera contraordenação grave a paragem e o estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (décima sexta alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio);
- **Lei n.º 49/2017** - Diário da República n.º 131/2017, Série I de 2017-07-10. Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado membro da União Europeia, transpõe a Diretiva 2015/413/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015 e revoga a Lei n.º 4/2014, de 7 de fevereiro;
- **Lei n.º 55/2017** – Diário da República n.º 136/2017, Série I de 2017-07-17 - Alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e os mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, precedendo à segunda alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro;
- **Portaria n.º 224/2017** – Diário da República n.º 141/2017, Série I de 2017-07-24. Alteração às Portarias n.ºs 933/2006 e 934/2006, de 8 de setembro, relacionadas com o regime jurídico das armas e munições;
- **Lei n.º 58/2017** – Diário da República n.º 142/2017, Série I de 26-07-2017 – Quarta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, sobre Procriação medicamente assistida;
- **Decreto-Lei n.º 90/2017** – Diário da República n.º 145/2017, Série I de 27-07-2017. Altera o regime jurídico do rendimento social de inserção;
- **Lei n.º 59/2017** – Diário da República n.º 141/2017, Série I de 31-07-2017 - Quarta Alteração à Lei 23/20074 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- **Decreto Regulamentar n.º 6/2017** - Diário da República n.º 146/2017, Série I de 31-07-2017. Regulamenta o Acesso à Gestaçao de Substituição (regula as técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA));
- **Decreto-Lei n.º 93/2017** – Diário da República n.º 147/2017, Série I de 01-08-2017. Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital;

- **Decreto Regulamentar n.º 7/2017** – Diário da República n.º 151/2017, Série I de 2017-08-07. Estabelece a organização e o funcionamento do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional;
- **Portaria n.º 253/2017** – Diário da República n.º 152/2017, Série I de 2017-08-08. Procede a alteração da Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 13/2013, de 25 de janeiro, e 1/2016, de 6 de janeiro, e pela Portaria n.º 5/2017, de 3 de janeiro, relativa à atribuição do rendimento social de inserção (RSI);
- **Lei n.º 67/2017** - Diário da República n.º 153/2017, Série I de 2017-08-9. Regula a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008;
- **Lei n.º 73/2017** - Diário da República n.º 157/2017, Série I de 2017-08-16. Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro;
- **Lei n.º 74/2017** – Diário da República n.º 157/2017, Série I de 2017-08-16. Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- **Lei n.º 75/2017** - Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17. Estabelece o regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários e revoga a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro;
- **Lei n.º 76/2017** - Diário da República n.º 158/2017, Série I de 2017-08-17. Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- **Lei n.º 83/2017** - Diário da República n.º 159/2017, Série I de 2017-08-18. Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpõe parcialmente as Diretivas 2015/849/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015 e 2016/2258/EU, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, altera o Código Penal e o Código da Propriedade Industrial e revoga a Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho;
- **Aviso (extrato) n.º 9471/2017** – Diário da República n.º 159/2017, Série II de 2017-08-18. Publica a Lista Oficial de Peritos Avaliadores atualizada, organizada por distritos judiciais;
- **Lei n.º 88/2017** – Diário da República n.º 160/2017, Série I de 2017-08-21. Aprova o regime jurídico da emissão, transmissão, reconhecimento e execução de decisões europeias de investigação em matéria penal, transpõe a Diretiva 2014/41/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, e revoga a Lei n.º 25/2009, de 5 de junho;

- **Lei n.º 89/2017** – Diário da República n.º 160/2017, Série I de 2017-08-21. Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos do Registo Predial, do Registo Comercial, do Notariado e outros diplomas legais. Refere-se à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), previsto no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto;
- **Lei n.º 90/2017** - Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22. Procede à 2.ª alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal, e à 1.ª alteração à Lei n.º 40/2013, de 25 de junho, que aprova a lei de organização e funcionamento do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN;
- **Lei n.º 91/2017** – Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22. Modifica as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável, alterando a Lei Geral Tributária;
- **Lei n.º 92/2017** – Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22. Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a EUR 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias;
- **Lei n.º 93/2017** - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23. Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem;
- **Lei n.º 94/2017** - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23. Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, a Lei n.º 33/2010, de 2 de setembro, que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica), e a Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto;
- **Lei n.º 95/2017** - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23. Regula a compra e venda de animais de companhia em estabelecimentos comerciais e através da internet, procede a sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro;
- **Lei n.º 96/2017** – Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23 - Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019;
- **Lei n.º 97/2017** - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08- 23. Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas;

- **Decreto-Lei n.º 100/2017** – Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23. Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, transpondo a Directiva n.º 2014/26/EU, relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno, e que altera o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos e a tabela de compensação equitativa anexa à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro;
- **Decreto-Lei n.º 93/2017** Diário da República n.º 147/2017, Série I de 01-08-2017. Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital;
- **Lei n.º 98/2017** – Diário da República n.º 163/2017, Série I de 2017-08-24. Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo as Diretivas (EU) 2015/2376, do Conselho, de 8 de dezembro de 2015 e (EU) 2016/881, do Conselho, de 25 de maio de 2016, procedendo à alteração de diversos diplomas;
- **Lei Orgânica n.º 4/2017** – Diário da República n.º 164/2017, Série I, de 2017-08-25. Aprova e regula o procedimento especial de acesso a dados de telecomunicações e Internet pelos oficiais de informações do SIS e do SIED e procede à segunda alteração à Lei n.º 62/2013 de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário) - introduzindo alterações aos artigos 47.º e 54.º desta Lei;
- **Declaração de Retificação n.º 21/2017** - Diário da República n.º 16/2017, Série I de 2017-08-25. Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 de junho, que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;
- **Lei n.º 99/2017** - Diário da República n.º 164/2017, Série I de 2017-08-25. Procede à segunda alteração à Lei 12/2009, de 26 de março, que estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita e análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana, e transpõe as Diretivas 2015/565/UE e 2015/566/UE, da Comissão, de 8 de abril de 2015 (a atualizar quando entrar em vigor);
- **Lei n.º 100/2017** – Diário da República n.º 165/2017, Série I de 2017-08-28. Altera o Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro - Código de Procedimento e de Processo Tributário- e o Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 de janeiro;
- **Lei n.º 101/2017** – Diário da República n.º 165/2017, Série I de 2017-08-28. Defesa da transparência e da integridade nas competições desportivas (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, e segunda alteração aos Decretos-Leis n.ºs 273/2009, de 1 de outubro, 10/2013, de 25 de janeiro, 66/2015, de 29 de abril, e 67/2015, de 29 de abril);
- **Lei n.º 102/2017** – Diário da República n.º 165/2017, Série I de 2017-08-28. Procede a quinta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e transpõe as Diretivas 2014/36/EU, de 26 de fevereiro, e 2014/66/EU, de 15 de maio de 2014, e 2016/801, de 11 de maio de 2016;

- **Lei n.º 104/2017**- Diário da República n.º 167/2017, Série I de 2017-08-30. Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/91/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções, altera o Código dos Valores Mobiliários e o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (a atualizar quando entrar em vigor);
- **Decreto-Lei n.º 107/2017** - Diário da República n.º 167/2017, Série I de 2017-08-30. Estabelece as regras relativas à mudança de contas de pagamento, à comparabilidade das respetivas comissões, bem como ao acesso a contas de pagamento com características básicas, transpondo a Diretiva 2014/92/UE (a atualizar quando entrar em vigor);
- **Decreto-Lei n.º 111-B/2017** - Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31. Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 (a atualizar quando entrar em vigor).